



CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 58.635.517/0001-37

www.grupocpfl.com.br

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (“CPFL Serviços” ou “Companhia”), submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 983 milhões em 2025, representando uma redução de 2,5% (R\$ 25 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 87 milhões em 2025, representando uma queda de 2,25% (R\$ 2 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 896 milhões em 2025, representando uma redução de 2,5% (R\$ 23 milhões). **Geração Operacional de Caixa (EBITDA):** em 2025, o EBITDA foi de R\$ 107 milhões, representando uma redução de 2,7% (R\$ 3 milhões). **Lucro Líquido:** A Companhia apresentou o Lucro operacional de R\$ 46.345 comparando com o lucro de R\$ 39.677 do exercício anterior.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025		31/12/2024		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025		31/12/2024	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.881	24.178			Fornecedores	16	62.732	57.077		
Contas a receber	7	157.428	133.510			Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	3.046	–		
Títulos e valores mobiliários	6	9.870	–			Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	17	32.249	28.040		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	921	932			Mútuos com controlada e controladora	19	36.584	37.294		
Outros tributos a compensar	8	19.916	16.471			Dividendo e juros sobre capital próprio		15.300	9.423		
Estoques	9	19.960	19.592			Obrigações estimadas com pessoal		24.965	29.568		
Arrendamentos	10	3.732	3.385			Outras contas a pagar	20	30.865	42.614		
Outros ativos	12	27.752	22.293			Total do circulante		205.741	204.017		
Total do circulante		264.461	220.362			Não circulante					
Realizável a longo prazo						Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	263	–		
Depósito judicial	18	9.047	7.443			Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	34.420	25.419		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	590	993			Outras contas a pagar	20	10.347	9.711		
Outros tributos a compensar	8	2.156	2.041			Total do não circulante		45.030	35.130		
Créditos fiscais diferidos	11	24.215	21.651			Patrimônio líquido					
Arrendamentos	10	5.807	8.776			Capital social	21	324.876	318.663		
Outros ativos	12	6.561	23.216			Reserva legal		12.577	10.260		
Investimentos						Reserva estatutária - reforço de capital de giro		140.914	114.887		
Investimentos	13	31.331	33.470					12.810	–		
Imobilizado						Total do passivo e do patrimônio líquido		741.948	682.956		
Imobilizado	14	383.368	350.514								
Intangível											
Intangível	15	14.412	14.490								
Total do não circulante		477.487	462.594					491.177	443.809		
Total do ativo		741.948	682.956					741.948	682.956		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	259.663	8.276	86.617	5.851	59.000	–	419.406
Resultado abrangente total	–	–	–	–	–	39.677	39.677
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	39.677	39.677
Mutações internas do patrimônio líquido	59.000	1.984	28.270	–	(59.000)	(30.254)	–
Constituição da reserva legal	–	1.984	–	–	–	(1.984)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	28.270	–	–	(28.270)	–
Aumento de capital	59.000	–	–	–	(59.000)	–	–
Transações de capital com os acionistas	–	–	–	(5.851)	–	(9.423)	(15.274)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	(5.851)	–	–	(5.851)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(9.423)	(9.423)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	318.663	10.260	114.887	–	–	443.809	–
Resultado abrangente total	–	–	–	–	–	46.345	46.345
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	46.345	46.345
Mutações internas do patrimônio líquido	6.213	2.317	26.028	–	12.810	(28.345)	19.023
Constituição da reserva legal	–	2.317	–	–	–	(2.317)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	26.028	–	–	(26.028)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	–	–	–	–	12.810	–	–
Aumento de capital	6.213	–	–	–	–	–	–
Transações de capital com os acionistas	–	–	–	–	–	(18.000)	(18.000)
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	(18.000)	(18.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	324.876	12.577	140.914	–	12.810	–	491.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024		2025	2024
Lucro antes dos tributos	59.449	56.152	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(9.238)	(5.147)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			Outros passivos operacionais	(15.716)	11.625
Depreciação e amortização	47.939	53.280	Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	88.830	11.440
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15.318	9.426	Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.956)	(20.341)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	8	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	75.874	8.901
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	7.811	5.694	Atividades de investimentos		
Equivalência patrimonial	(5.341)	(5.349)	Aquisições de imobilizado	(66.461)	(72.086)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	(3.478)	(1.730)	Títulos e valores mobiliários	(9.870)	–
PIS e COFINS diferidos	(215)	(95)	Adições de Intangível	(2.989)	(2.911)
	121.493	117.386	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(79.320)	(74.997)
Redução (aumento) nos ativos operacionais			Atividades de financiamentos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(23.928)	(83.375)	Adiantamento para futuro aumento de capital	19.023	–
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	7.480	8.209	Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(9.423)	(9.425)
Tributos a compensar	(2.342)	(1.778)	Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(5.450)	(4.328)
Operações de arrendamento	2.621	1.350	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	4.150	(13.753)
Depósitos judiciais	(909)	(883)	Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	703	(97.651)
Outros ativos operacionais	3.041	(39.639)	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	24.178	121.830
Aumento (redução) nos passivos operacionais			Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	24.881	24.178
Fornecedores	5.655	577			
Outros tributos e contribuições sociais	673	3.115			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (“CPFL Serviços” ou “Companhia”), fundada em 1988, é uma companhia por ações de capital fechado e tem como atividade preponderante (i) a construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, além da fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos elétricos e hidráulicos em geral, (ii) a administração de obras prestação de serviços de engenharia, elaboração de projetos, implantação, operação e manutenção de infraestrutura para instalações comerciais e industriais, consultoria em geral no mercado de energia, gestão energética especializada em eficiência energética e qualidade de energia; (iii) locação e comercialização de bens necessário à implementação e modernização de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização; (iv) participação e operação em mercados de comercialização de energia elétrica; (v) estudo, desenvolvimento, realização e exploração de projetos de pesquisa e desenvolvimento e de programas relacionados à energia; e (vi) participação no capital social de outras sociedades, em consórcio ou em outras formas de associação. A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. é uma companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Controladora”). A sede administrativa da Companhia está localizada na Avenida dos Braghetta, 364, CEP: 13720-000 - São José do Rio Pardo - São Paulo. A Companhia possui participação indireta na seguinte controlada, as demonstrações seguem as orientações do CPC 36 (R3).

Prestação de serviços	Tipo de sociedade	Atividade predominante	Participação societária
CPFL Geração Distribuída de Energia Ltda (“CPFL GD”)	Sociedade limitada	Comercialização e prestação de serviços na área de geração distribuída	Indireta 99%

Gestão de crises: A Companhia mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da mesma. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências. O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados. O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades da Companhia. Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos *stakeholders*, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. A governança de crises da Companhia está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da CPFL Serviços.

Destinação do lucro líquido do exercício: Do lucro apurado, a Companhia destinou R\$ 26.028 a título de reserva de reforço de capital de giro, R\$ 18.000 de juros sobre capital próprio e R\$ 2.317 para reserva legal.

2. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Serviços agradece aos seus acionistas, colaboradores e à sociedade pela confiança depositada na Companhia no ano de 2025.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço <https://ri.cpfl.com.br>.

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	23	896.028	919.584
Custo com serviços			
Custo com operação		(734.282)	(758.578)
Depreciação e amortização		(31.380)	(27.950)
Outros custos com operação	24	(702.902)	(702.628)
Lucro operacional bruto		161.746	161.006
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(5.953)	(9.260)
Depreciação e amortização		(29)	131
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10)	(8)
Outras despesas com vendas	24	(5.914)	(9.383)
Despesas gerais e administrativas		(99.355)	(101.346)
Depreciação e amortização		(16.530)	(25.461)
Outras despesas gerais e administrativas	24	(82.825)	(75.885)
Outras despesas operacionais		3.478	1.730
Outras despesas operacionais	24	3.478	1.730
Resultado do serviço		59.916	52.130
Resultado de participações societárias	13	5.341	5.349
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	5.704	8.629
Despesas financeiras	25	(11.512)	(9.956)
Lucro antes dos tributos		59.449	56.152
Contribuição social	11	(3.760)	(4.489)
Imposto de renda	11	(9.344)	(11.986)
		(13.104)	(16.475)
Lucro líquido do exercício		46.345	39.677
Lucro líquido básico por lote de mil ações R\$		28,35	24,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	46.345	39.677
Resultado abrangente do exercício	46.345	39.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
1 - Receita	1.055.476	1.095.764
1.1 Receita de venda de energia e serviços	982.859	1.008.236
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	72.627	87.537
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10)	(8)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(452.865)	(481.898)
2.1 Material	(194.028)	(256.378)
2.2 Serviços de terceiros	(235.781)	(209.755)
2.3 Outros	(23.056)	(15.765)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	602.610	613.867
4 - Retenções	(47.939)	(53.280)
4.1 Depreciação e amortização	(47.939)	(53.280)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	554.672	560.586
6 - Valor adicionado recebido em transferência	11.323	14.401
6.1 Receitas financeiras	5.983	9.051
6.2 Equivalência patrimonial	5.341	5.349
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	565.995	574.987
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	341.105	355.451
8.1.1 Remuneração direta	216.699	228.701
8.1.2 Benefícios	104.169	106.340
8.1.3 F.G.T.S	20.237	20.411
8.2 Impostos, taxas e contribuições	165.327	176.658
8.2.1 Federais	127.009	137.182
8.2.2 Estaduais	8.898	8.102
8.2.3 Municipais	29.419	31.374
8.3 Remuneração de capital de terceiros	13.219	3.200
8.3.1 Juros	11.340	9.844
8.3.2 Aluguéis	1.879	(6.644)
8.4 Remuneração de capital próprio	46.345	39.677
8.4.1 Reserva Legal	–	1.984
8.4.2 Dividendos (mínimo obrigatório)	–	9.423
8.4.3 Reserva de retenção de lucros para investimento	–	28.270
8.4.4 Lucros retidos	46.345	–
	565.995	574.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

→★ continuação

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios fndos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os investidores. **3.2 Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 27). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. O Grupo realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 28. • Capital social. Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.3 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é

baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. **3.4 Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. **3.5 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou formação e estão deduzidos da amortização acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada linearmente, a taxa anual de 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. **3.6 Redução ao valor recuperável ("impairment"):** - **Ativos financeiros:** O Grupo avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. O Grupo utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pelo Grupo resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de contas a receber que está aderente descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), Exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*). Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas às contas a receber reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, são registradas no resultado do exercício. - **Ativos não financeiros:** Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. **3.7 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido na Assembleia Geral da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.9 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida por meio do PoC (*Percentage of Completion*) método de cálculo que reconhece as receitas conforme a evolução da obra, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. **3.10 Custos orçados das obras e projetos:** Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras e projetos, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. **3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com

relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A Companhia registra em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.12 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. **3.13 Arrendamentos:** Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia. O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. **3.14 Mudanças nas principais políticas contábeis:** No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às normas contábeis internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras do Grupo. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. **3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas, emendas às normas e interpretações CPC/IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **(a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional", e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, a partir da data de adoção, **(b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Com base em uma análise preliminar, a Companhia entende não estar abrangida no escopo desse pronunciamento. **(c) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na "data de liquidação" e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **(d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 relacionadas a contratos que fazem referência à eletricidade dependente de condições naturais. As alterações ajustam os requisitos de "uso próprio", permitem a utilização desses contratos como instrumentos de *hedge* em determinadas circunstâncias e introduzem novos requisitos de divulgação. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. **(e) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu alterações pontuais em normas como IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração. - **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 28) e também contempla a taxa de crédito da parte devedora.

continua →★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

→★ continuação

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal decidiu pela aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões. A Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR. A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19. MÚTUO COM CONTROLADA E CONTROLADORA

Em 2025 a CPFL Serviços recebeu mútuo de sua controladora CPFL Energia no montante de R\$ 36.385 com previsão de liquidação até dezembro de 2026 sobre a taxa de 105,75 CDI ao ano.

	Encargos,			
	Saldo em	Cap-	Amortização	atualização monetária
Modalidade	31/12/2024	tação	principal	Saldo em
Mensuradas ao custo				
Moeda nacional				
CDI - 105,75%	37.294	–	(5.450)	4.740
36.584				
Total ao custo	37.294	–	(5.450)	4.740
36.584				
Total	37.294	–	(5.450)	4.740
36.584				

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Créditos Diversos	2.015	1.686	–	–
Adiantamentos	3.334	2.461	5.676	64
Folha de pagamento	4.865	4.621	–	–
Participação nos lucros	14.038	15.325	1.679	1.192
Outros	6.612	18.521	2.992	8.456
Total	30.865	42.614	10.347	9.711

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 1.634.743.834, ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal (1.634.743.834 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025), sem valor nominal. 21.1 - Capital Social: Em Assembleia Geral extraordinária ("AGE") realizada em 22/04/2025 foi aprovado o aumento de capital de R\$ 6.213 (seis milhões, duzentos e treze mil, cento e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos) mediante a utilização do referido valor de aumento de capital social da conta de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), sem emissão de novas ações, passando o capital social de R\$ 318.663 (trezentos e dezoito milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e vinte sete reais e sessenta e oito centavos), para R\$ 324.876 (trezentos

24. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas Operacionais			
	Custo com operação		Despesas Operacionais	
	2025	2024	Gerais e administrativas	Outros
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(375.943)	(387.920)	(5.400)	(8.804)
Material	(167.022)	(183.390)	(128)	(137)
Serviços de terceiros	(153.076)	(154.041)	(341)	(371)
Outros	(6.861)	(5.276)	(45)	(71)
Taxa de arrecadação	–	–	(3)	(4)
Publicidade e propaganda	–	–	–	–
Legais, judiciais e indenizações	(886)	–	–	(2.695)
Ganho (perda) na alienação	–	–	–	(3.322)
Outros	(5.975)	(5.276)	(42)	(67)
Total	(702.902)	(730.628)	(5.914)	(9.383)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	4.350	7.452
Acréscimos e multas moratórias	305	101
Atualização de créditos fiscais	631	1.117
Atualização de depósitos judiciais	696	378
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(278)	(421)
Outros	–	2
Total	5.704	8.629
Despesas		
Encargos de dívidas	(5.576)	(4.330)
Atualizações monetárias e cambiais	(4.399)	(2.521)
Outros	(1.537)	(3.105)
Total	(11.512)	(9.956)
Resultado financeiro	(5.808)	(1.327)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2025, as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A.: Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é

e vinte e quatro milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos) totalmente integralizado em moeda nacional. 21.2 - Reserva de lucros: O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 153.491 que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 12.577 e ii) Reserva de reforço de capital de giro R\$ 140.914. 21.3 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"): Na ATA de 12 de Dezembro de 2024, foi aprovado a realização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") no montante de R\$ 32.000.000,00 no qual em 2025 recebemos a quantia de R\$ 12.809.918,78 da empresa controladora CPFL Energia S.A. 21.4 - Destinação do lucro líquido do exercício: O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido base para destinação	46.345	39.677
Reserva legal	(2.317)	–
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(26.028)	–
Juros sobre o capital próprio	(18.000)	–

22. LUCRO POR AÇÃO-BÁSICO

O cálculo do resultado por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi baseado no Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados.

	2025	2024
Numerador	46.345	39.677
Denominador	1.634.743.834	1.634.743.834
Média Ponderada de ações em poder dos acionistas	1.634.743.834	1.634.743.834
Lucro por lote de mil ações	28,35	24,26

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Receita de prestação de serviço	907.902	929.922
Prestação de Serviços Operação e Manutenção	74.956	78.314
Outras receitas e rendas	982.859	1.008.236
Total da receita operacional bruta		
Deduções da receita operacional		
ICMS	(5.822)	(5.567)
PIS	(9.333)	(9.368)
COFINS	(43.014)	(43.059)
ISS	(28.662)	(30.658)
Receita operacional líquida	896.028	919.584

	Despesas Operacionais			
	Custo com operação		Despesas Operacionais	
	2025	2024	Gerais e administrativas	Outros
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(375.943)	(387.920)	(5.400)	(8.804)
Material	(167.022)	(183.390)	(128)	(137)
Serviços de terceiros	(153.076)	(154.041)	(341)	(371)
Outros	(6.861)	(5.276)	(45)	(71)
Taxa de arrecadação	–	–	(3)	(4)
Publicidade e propaganda	–	–	–	–
Legais, judiciais e indenizações	(886)	–	–	(2.695)
Ganho (perda) na alienação	–	–	–	(3.322)
Outros	(5.975)	(5.276)	(42)	(67)
Total	(702.902)	(730.628)	(5.914)	(9.383)

desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A.: Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: a) Adiantamentos - Referem-se à adiantamentos para investimentos. b) Dividendos/Juros sobre o capital próprio - Refere-se juros sobre o capital próprio a pagar com a controladora CPFL Energia. c) Contrato de mútuo - Refere-se à contratos realizados com a controladora CPFL Energia. d) Materiais e prestação de serviços - Referem-se à contratação de serviços como construção e manutenção e venda de materiais. Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025, conforme requerido no - CPC 05 (R1), foi de R\$ 1.972 (R\$ 987em 2024). Transações envolvendo controladora e empresas do grupo CPFL:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Empresas AFAC	–	–	12.810	–	–	–	–	–
CPFL Energia S.A.	–	–	14.671	9.423	–	–	–	–
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	–	–	36.584	37.294	–	–	(5.576)	(4.330)
CPFL Energia S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–
Contratos de Mútuos	–	–	–	–	–	–	–	–
CPFL Energia S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–
Materiais, prestação de serviços e outros	–	–	–	–	–	–	–	–
Entidades sob o controle comum da CPFL Energia	112.186	80.608	6.927	3.789	797.939	742.805	(17.595)	(18.633)

27. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são: Ramo da apólice 31/12/2025 31/12/2024 Riscos nomeados 901.557 908.803 Transporte nacional e internacional 133.597 121.534 Geral e riscos ambientais 85.000 100.000 Vidas em grupo e acidentes pessoais 304.648 315.483 Seguro Garantia 25.830 22.522 Responsabilidade civil dos administradores e outros 152.200 150.000 1.602.831 1.618.342

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segura é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio. 28. GESTÃO DE RISCOS Estrutura do gerenciamento de risco: Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (Data Protection Officer), a Diretoria Executiva da CPFL Serviços, Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração da CPFL Serviços. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Serviços: • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos; • Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Serviços; • Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Risco(s) no Mapa Corporativo de Riscos; • Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Serviços. Cabe ao Comitê de Auditoria: • Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; • Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos. Ao Conselho Fiscal compete, entre outros: • Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração,

operações. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 - Contas a receber. Contas a receber e ativos de contratos: A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis. Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31/12/2025		31/12/2024	
	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalentes				
de caixa	5	(a)	24.881	24.881
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	9.870	9.870
Total			34.751	34.751
Passivo				
Mútuo com coligadas, controladas e controladora	19	(b)	36.584	36.584
Total			36.584	36.584

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo (**) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) Legenda Categoria/Mensuração: (a) - Valor justo contra o resultado (b) - Mensurados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são: • Ativos financeiros: (i) contas a receber; • Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) credores diversos. a) Valorização dos instrumentos financeiros: Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. b) Instrumentos derivativos: A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos, são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para o período de 2025 e exercício de 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 14 e 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de hedge (hedge accounting) para as operações com instrumentos derivativos. c) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. d) Análise de sensibilidade: A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI e TJLP). e) Análise de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2025	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	Total
Fornecedores	16		57.322	5.409	62.732
Outros	20		2.015	–	2.015
Total			59.337	5.409	64.746

30. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores de materiais e serviços	até 15 anos	90.287	46.326	1.671	1.341	139.626
Total		90.287	46.326	1.671	1.341	139.626

Diretoria

CAIUS VINICIUS MALAGOLI Diretor Presidente	BOTAN Diretor Executivo	KEDI WANG Diretora Financeira	FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO Diretor Administrativo
---	----------------------------	----------------------------------	---

Contabilidade

RICARDO FERNANDO FERREIRA Gerente de Serviços Financeiros - CRC 1SP 321353/O-4



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

★ continuação			CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37		
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras					
Aos Administradores e Acionistas CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso			conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o		
			proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas, 4 de março de 2026		
			 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP027613/F-1 Lia Marcela Rusinque Fonseca Contadora CRC 1SP291166/O-4		



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>